

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Jean de Fraga Savegnago

**DEBATE DE NORMAS: RENORMATIZAÇÕES NO TRABALHO DOS TÉCNICOS
DE ENFERMAGEM DO SAMU-192 E SUAS RESSONÂNCIAS PARA O PROCESSO
FORMATIVO**

Santa Cruz do Sul-RS

2014

Jean de Fraga Savegnago

**DEBATE DE NORMAS: RENORMATIZAÇÕES NO TRABALHO DOS TÉCNICOS
DE ENFERMAGEM DO SAMU-192 E SUAS RESSONÂNCIAS PARA O PROCESSO
FORMATIVO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado em Educação, Área de Concentração em Educação, Linha de Pesquisa Educação, Trabalho e Emancipação, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Profº Drº Moacir Viegas

Santa Cruz do Sul-RS

2014

Jean de Fraga Savegnago

**DEBATE DE NORMAS: RENORMATIZAÇÕES NO TRABALHO DOS TÉCNICOS
DE ENFERMAGEM DO SAMU-192 E SUAS RESSONÂNCIAS PARA O PROCESSO
FORMATIVO**

Esta Dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado; Área de Concentração em Educação, Linha de Pesquisa em Educação, Trabalho e Emancipação, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Dr. Moacir Fernando Viegas
Professor Orientador

Dr^a. Katia Maria Teixeira Santorum
Professora Examinadora – UERJ

Dr. Éder da Silva Silveira
Professor Examinador – UNISC

Dr^a. Suzane Beatriz Frantz Krug
Professora Examinadora – UNISC

Santa Cruz do Sul – RS
2014

*A minha família e à Virginia, pelo amor
e a confiança que sempre depositaram em mim*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, louvo a Deus e ao Universo por me conduzirem até aqui. Nem os contratempos da vida, a dupla rotina profissional, ou uma doença, que me roubou meses de leitura, foram capazes de me afastar do objetivo de estudar. Sei que a fé e determinação não seriam suficientes se não houvesse a força maior de Deus e seu éter espiritual guiando meus passos.

Aos meus pais, razão de minha existência e meus primeiros professores. Amor que não se explica nem se mede. À minha amada irmã, Karina, que sempre disse que eu conseguiria, amo você.

À minha namorada, Virginia, gostaria de agradecer imensamente pelo companheirismo, dedicação e paciência comigo ao longo de minha jornada acadêmica. Seu apoio na forma de silêncio em meus momentos de introspecção e auxílio em horas de desânimo foram e são fundamentais para mim.

Em especial, ao professor Moacir, orientador, cujo talento, calma e conhecimento foram essenciais para a concretização deste estudo. Obrigado por tudo: sua dedicação e sabedoria em todos os momentos me conduziram ao longo desses anos. Foi uma experiência única. Não tenho palavras para agradecer seus ensinamentos.

Aos demais professores do programa, obrigado por convidar-me a desfrutar de uma nova visão de mundo, obrigado pelas palavras amigas e empenho.

À secretária do programa, Daiane, pela simpatia, agilidade e responsabilidade. Foi para mim um ponto de referência quando surgiram dúvidas ou inquietações.

Aos meus colegas, obrigado pela excelente companhia, pelas conversas informais e pelas discussões em sala de aula. Tudo isso serviu para acrescentar conhecimento e experiência à minha bagagem pessoal e como pesquisador.

Agradeço ao professor Yves Schwartz. Sua obra foi fonte inigualável de conhecimentos para a apropriação da abordagem ergológica e sustento para essa pesquisa.

Aos protagonistas do Trabalho no SAMU-192, pela acolhida e aprendizado diário. Desejosos em contribuir para uma melhor formação profissional em urgência e emergência. A partir da ergologia, passaram a fazer parte de minha vida como trabalhador da saúde e como pesquisador em educação.

Aos demais que não citei, mas que torceram e torcem por mim, obrigado! Pensamentos e energias positivas não faltaram para que eu pudesse chegar com sucesso ao fim de mais essa etapa em minha vida.

“[...] No pré-hospitalar às vezes tu tem que modificar pra coisa acontecer certo e nunca é como o livro fala. Na maioria das vezes é totalmente diferente. Como é na rua ou na casa dos outros é completamente diferente de tu atender dentro de um local fechado, claro, com segurança. Tu tem que ter teu psicológico muito bem centrado se não tu vai ficar preocupado com a família que vai te xingar [...] tu vai ficar preocupado com a população que vai estar gritando e mandando tu levar logo o paciente. Se tu entrar na onda do meio externo, numa cena, tu pode prejudicar o paciente. Eu acho que muitas vezes tu tem que dar um jeitinho[...] tu tem que muitas vezes usar artimanhas que tu aprendeu com o tempo para o serviço funcionar melhor, tem que ir no X da questão (T1).”

RESUMO

O processo de trabalho do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU-192) engloba a complexidade das situações laborais no ambiente pré-hospitalar, sendo cada ocorrência uma situação inédita e instável que apresenta múltiplas possibilidades, exigindo dos trabalhadores a recriação dos protocolos previamente estabelecidos, a fim de se efetivar o cuidado em saúde necessário à vítima. Dessa forma, percebe-se que há sempre uma distância inevitável entre as normas antecedentes e o trabalho real, que se torna um confronto entre prescrições e suas renormatizações por parte dos profissionais. Assim, a pesquisa nasceu com o intuito de acompanhar a atividade industriosa dos técnicos de enfermagem atuantes no SAMU-192 de um município situado na região central do estado do Rio Grande do Sul e, a partir dos referenciais teóricos adotados, compreender quais são e como se dá a produção dos saberes constituídos da atividade humana na perspectiva do debate de normas e consequentes renormatizações, mapeando suas contribuições ao processo formativo. O estudo objetivou ainda caracterizar as condições e situações de trabalho do sujeito, além de descrever os saberes informais e experienciais que emergem nos processos de tomada de decisão. Busca, também, esclarecer como se dá a atual formação desses trabalhadores e, à luz dos resultados, traçar considerações sobre a mesma. Em suas bases teóricas e conceituais, o texto traz um pequeno histórico sobre trabalho, formação, ergologia e SAMU-192. Trata-se de um estudo de caso exploratório, qualitativo, de natureza reflexiva e interpretativa, inspirado no materialismo histórico dialético e na teoria da ergologia. Como sujeitos da pesquisa, foram escolhidos quatro técnicos de enfermagem de uma mesma base descentralizada do SAMU-192. Outras informações analisadas pela pesquisa foram os documentos institucionais e protocolos, além das coletas através de diário de campo, entrevistas semiestruturadas realizadas face a face e a observação direta de atendimentos reais de socorro na Unidade de Suporte Básico (USB). Para a interpretação desse material, utilizou-se a análise de conteúdo temática. O estudo revela que as condições e situações de trabalho, nele compreendido o ambiente/cena do sinistro influenciam, juntamente com a história e valores dos sujeitos, o debate de normas e suas consequentes renormatizações. Quanto à formação, o estudo confirma o processo formativo realizado pelos sujeitos como sendo exclusivamente voltado à apreensão de protocolos e outras normas antecedentes, não instrumentalizando de maneira adequada o trabalhador para o enfrentamento das infidelidades das situações de trabalho onde se processa a atividade, especialmente por não contemplar os saberes investidos na prática, os valores, a história e outros elementos do corpo-si do trabalhador. Por fim, espera-se que os resultados contribuam para o enriquecimento de estudos sobre a atividade de trabalho dos técnicos de enfermagem no cenário pré-hospitalar móvel, bem como para suscitar novos interesses na execução de outras investigações que venham contribuir para o campo de estudo da categoria Trabalho, em suas interfaces com o Trabalho em Saúde, a Educação e a Ergologia.

Palavras-chave: Educação. Formação. Trabalho em Saúde. Trabalho e educação. Ergologia. SAMU-192.

ABSTRACT

The work process of the Mobile Emergency Care Service (SAMU-192) encompasses the complexity of the labor situations in the prehospital environment, where each occurrence is an unprecedented and unstable situation presenting multiple possibilities, demanding of the workers the recreation of the previously established protocols, in order to effect the health care needed from the victim. This way, it can be noticed that there is always an inevitable distance between the antecedent norms and the real work, that becomes a confrontation between prescriptions and its renormalizations by the professionals. Thus, the research was born with the intention of following the industrious activity of the nursing technicians active at the SAMU-192 of a city located on the central region of the Rio Grande do Sul states and, starting from the theoretical referentials adopted, comprehending which are and how is the production of the constituted knowledge of the human activity in the perspective of the debate of norms and consequent renormalizations, mapping its contributions to the formation process. The study objectifies characterizing the situations and work conditions of the subject, besides describing the informal knowledges and experiences that emerge in the decision making processes. It also seeks to clarify how the actual formation of those workers is and, in light of the results, trace considerations about the same. In its theoretical and conceptual basis, the text brings a little history about work, graduation, ergology and SAMU-192. It's about an exploratory, qualitative study, of reflexive and interpretative nature, inspired on the historical dialectical materialism and on the theory of ergology. As subjects of this study, four nursing technicians from the same SAMU-192 decentralized basis were chosen. Other informations analyzed by the research were institutional documents and protocols, besides gathering through a field journal, semistructured interviews held face to face and the direct observation of real calls for help at the Basic Support Unit (BSU). For the interpretation of this material, analysis of thematic content was used. The study reveals that the work conditions and situations, comprising in it the influence of the sinister environment/scene, along with the subject's histories and values, the discussion of norms and its consequent renormalizations. Regarding the graduation, the study confirms the formative process made by the subjects as exclusively oriented to the seizure of protocols and other past norms, not properly equipping the worker to face the infidelities of work situations where the activity is processed, especially for not contemplating the knowledge invested in the practice, the values, the history and other elements of the worker's self-body. Lastly, despite the limitations of the research, it's expected that the results will contribute to the enrichment of studies about nursing technicians work activities studies in the pre-hospital mobile scene, as well as to raise new interests in the execution about other investigations that will contribute to the field of study of the category: Work, in its interfaces with Work in Health, the Education and Ergology.

Keywords: Education. Graduation. Work in Health. Ergology. SAMU-192.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Problemática de pesquisa.....	15
1.2 Objetivo geral.....	15
1.3 Objetivos específicos.....	16
1.4 Justificativa.....	16
2 BASES TEÓRICAS E CONCEITUAIS SOBRE TRABALHO, FORMAÇÃO, ERGOLOGIA E SAMU-192.....	18
2.1 Trabalho: seu(s) conceito(s) e um pouco de sua história.....	18
2.2 O materialismo histórico dialético e a visão marxista do trabalho.....	21
2.3 Taylorismo, fordismo e toyotismo na organização do processo de trabalho.....	28
2.4 A ergologia e seus preceitos teóricos.....	33
2.5 O trabalho em saúde e suas singularidades.....	44
2.6 O nascimento e o desenvolvimento da formação técnica em enfermagem.....	50
2.7 O atendimento pré-hospitalar no âmbito do SUS e o SAMU-192.....	56
2.7.1.1 Breve histórico do Atendimento Pré-Hospitalar e sua implementação no Brasil.....	58
2.7.1.2 O Projeto Resgate no Brasil e o modelo francês de atendimento.....	60
2.7.2 O acesso telefônico pelo número 192 no pedido de socorro.....	62
2.7.3 As Unidades de Suporte Básico (USB) e Avançado (USA).....	63
3 O TRAJETO METODOLÓGICO.....	65
3.1 Pesquisa qualitativa e a abordagem ergológica.....	65
3.2 O tipo de estudo.....	67
3.3 O campo empírico.....	68
3.4 População e amostra.....	69
3.5 As técnicas utilizadas para a coleta de dados.....	69
3.6 Organização e análise de dados.....	72
3.7 Aspectos éticos da pesquisa.....	77

4. ELABORAÇÃO DOS RESULTADOS: DISCUSSÃO, INTERPRETAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS ACHADOS.....	78
4.1 Quem é e o que faz o trabalhador técnico de enfermagem do SAMU-192: retratando a atividade laboral e sua organização no contexto do atendimento pré-hospitalar.....	78
4.1.1 Perfil sociodemográfico dos sujeitos estudados.....	78
4.1.2 Organização e condições de trabalho do SAMU-192 presentes no cenário estudado.....	80
4.2 Mobilizando histórias, saberes e valores: o debate de normas, as renormatizações e os usos de si como elementos essenciais na atividade de trabalho dos técnicos de enfermagem do SAMU-192.....	104
4.2.1 As observações diretas: mergulhando no empírico.....	108
4.2.1.1 Observação 01: trabalho real no atendimento psiquiátrico: comportamento suicida.....	109
4.2.1.2 Observação 02: trabalho real no atendimento traumático: queda ao solo.....	118
4.3 Entre a formação e o trabalho: reflexão sobre a contribuição do debate de normas e renormatizações como elementos possibilitadores de uma nova maneira de educar o técnico de enfermagem do SAMU-192.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
REFERÊNCIAS.....	146
ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	154
ANEXO B – Termo de Autorização de Uso de Imagem.....	156
ANEXO C – Roteiro para entrevista.....	157
ANEXO D – Roteiro para observação direta.....	159
ANEXO E – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa.....	160
ANEXO F – Descrição da observação direta 03.....	164
ANEXO G – Boletim de atendimento do SAMU-192.....	169
ANEXO H – Cronograma final de pesquisa.....	170
ANEXO I – Cronograma de observação direta no campo empírico.....	171

INTRODUÇÃO

A presente dissertação foi construída a partir da pesquisa vinculada à Linha de Pesquisa *Trabalho, Educação e Emancipação*, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Seu ponto de partida são questões colocadas em nossa trajetória pessoal e profissional, relacionadas ao cotidiano dos profissionais técnicos de enfermagem atuantes no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU-192) a partir da forma como trabalham, as ideias que arquitetam para intervir em sua atividade laboral e os dispositivos que criam para melhorar e adaptar seu trabalho às suas necessidades e escolhas possíveis.

A trajetória do pesquisador no SAMU-192 iniciou em 2008, no município de Santa Cruz do Sul, como técnico de enfermagem do quadro de servidores municipais, permanecendo no exercício da função técnica até 2013, ano em que assumiu o cargo de enfermeiro no referido serviço, através de concurso público municipal. Conta, também, com experiência adquirida nos serviços de Pronto-Atendimento de Urgências e Unidade de Terapia Intensiva – Adulto.

Diante disso, propõe-se estudar os saberes acumulados e a construção de conhecimentos na prática do seu trabalho através da transgressão das normas antecedentes, ou seja, a partir do debate de normas e renormatizações¹, bem como as possíveis contribuições desses saberes práticos ao processo educativo dos profissionais. Dessa forma, esperamos reiterar as ideias da abordagem ergológica relativas ao trabalho, postuladas pelo filósofo francês Yves Schwartz.

O SAMU-192, palco dessa pesquisa, é um programa criado em 2003 pelo Ministério da Saúde com a finalidade de prestar socorro à população, via Central de Regulação Médica, nos casos de urgências e emergências ocorridas no ambiente pré-hospitalar. Conta com um serviço hierarquizado e estruturado, regido por legislação própria, que devida a sua natureza, exige a tomada rápida de decisões por parte dos profissionais assistenciais, preparados a atuar face ao inesperado – pois raramente sabem em que condições ou características realizarão a atividade laboral.

¹ Em consonância com os grupos de pesquisa brasileiros, que mantêm estudos juntos à Schwartz e optam pela tradução do conceito “renormalization” por renormatização ao invés de renormalização – palavra ainda encontrada em muitos estudos ergológicos – optou-se nesta pesquisa pela palavra renormatização. Acreditamos que a mesma é a palavra portuguesa que melhor enfatiza a capacidade humana de criar novas normas de vida e atividade. Por conseguinte, o termo “renormalização” pode dar a falsa ideia de “retorno à normalidade”, não correspondendo a real concepção do filósofo.

No dia-a-dia, entre um atendimento e outro, logo se percebe que há uma distância inevitável entre o trabalho prescrito – pelas normas antecedentes, na forma dos protocolos de atendimento e através das atividades preconizadas pela central de regulação médica – e o trabalho efetivamente realizado, sendo esse o resultado de um verdadeiro “debate de normas²”. O processo de trabalho do SAMU-192 engloba a complexidade das situações laborais que podem apresentar-se no ambiente pré-hospitalar, sendo cada ocorrência uma situação inédita e repleta de imprevistos, apresentando múltiplas possibilidades, em que o contexto apresentado exige dos profissionais a inovação dos protocolos e regras previamente estabelecidas para se efetivar a assistência necessária à vítima.

Dessa forma, questiona-se como o profissional colocaria, efetivamente, os protocolos [e outras normas antecedentes] na prática de trabalho por completo, à risca, quando a maioria dessas normas não contempla questões fundamentais presentes na realidade do atendimento pré-hospitalar, tais como: o ambiente³ e seus diversos riscos e variabilidades; quantidade e qualidade de materiais de primeiros socorros disponíveis; a proporção do número de socorristas diante o número de vítimas, entre outras. Na visão de Schwartz (2003), as situações de trabalho sintetizam as marcas da história humana do trabalho através dos conhecimentos acionados, os modos de produção e suas tecnologias, os valores de uso selecionados, formas de organização e as relações sociais que unem e dividem os homens entre si. Toda atividade de trabalho encontra saberes acumulados nas técnicas e seus instrumentos e no coletivo, estando repleta de normas de vida, de formas de exploração da natureza e dos homens uns pelos outros.

Contudo, não estamos aqui condenando integralmente a prescrição do trabalho, pois os protocolos são importantes – e necessários – instrumentos norteadores na prática em urgência e emergência, indiscutivelmente. Eles surgiram para atuarem como princípios a serem seguidos, direcionando e organizando a atividade, haja vista que, em vários casos, a ausência total de normas pode ser tão prejudicial ao trabalhador quanto a tentativa de imposição total das mesmas. No entanto, acreditamos que as normas podem desapropriar o sujeito do produto de seu trabalho quando não houver espaço para surgir o “algo a mais” em sua atividade [representados pelos saberes derivados do debate de normas e renormatizações] que possibilitará o enfrentamento das infidelidades sempre presentes no meio de trabalho.

² Termo presente na abordagem ergológica que será melhor explanado no decorrer do referencial teórico.

³ O ambiente de trabalho, de acordo com Borges (2004, p. 43), caracteriza-se como ambiente técnico, humano, cultural e social – existindo toda espécie de infidelidades, que se combinam e se reforçam. Nada acontece da mesma forma de um dia para outro ou de uma situação de trabalho para outra. É nesse sentido que o meio, a vida – e também o trabalho – é infiel e mutável, sendo imprevisível em sua totalidade, fatos que corroboram com os princípios da abordagem ergológica.

Os profissionais do SAMU-192 realizam as ações através de muito trabalho técnico, braçal e intelectual. Criam e, quase sempre, transgridem as regras estabelecidas, modificando protocolos e normas permeadas por afetos e conflitos, ora instituídos, ora instituintes, sujeitos e sujeitados pelos médicos reguladores ou pelos outros membros da equipe de saúde. Colocam consciente e inconscientemente seus conhecimentos e desejos nos atos de trabalho, sempre lutando para tornarem-se donos desse, transformando-o num trabalho real peculiarmente vivo. Dessa forma, os trabalhadores, mesmo conscientes dos protocolos assistenciais, realizam o atendimento conforme o contexto da situação permitir, devida a complexidade da cena vivenciada, tal como em ocorrências em que o acesso às vítimas é extremamente dificultado pelo ambiente⁴. Ou seja, o profissional é convocado a tomar decisões que serão influenciadas não somente pelos protocolos e regras impostas pela técnica, como também pela sua experiência e subjetividade alinhadas com a objetividade necessária ao tipo de trabalho em questão.

A inexistência de diálogo entre aqueles que produzem as normas e os que as cumprem – com a valorização somente do saber acadêmico expresso nas normatizações em detrimento ao saber da experiência prática e histórica dos trabalhadores – poderá alocar o técnico de enfermagem apenas como agente que reproduz tarefas protocoladas, um mero expectador, reproduzidor de atividades profissionais pensadas por outros, guardando seus saberes práticos – potencialmente valiosos – nos interstícios da atividade, no “não dito”. Paradoxalmente, espera-se que, como profissional de saúde, este deverá ser um ser pensante, capaz de resolver problemas frequentemente imprevisíveis pelas normas, garantindo a qualidade no atendimento e, conseqüentemente, atuar com as habilidades necessárias para assegurar a sobrevivência das vítimas atendidas.

O conceito de atividade, elaborado pela ergologia, valoriza uma abordagem alternativa de caráter construtivista e sócio-interacionista em detrimento ao paradigma racionalista, cientificista e pragmático do conhecimento, reiterando a nova tendência observada nas ciências humanas e sociais. Assim a ergologia nos mostra uma visão menos desanimadora sobre as relações de trabalho. Busca reintegrar os valores, a cultura, a psique do sujeito que trabalha, visualizando a atividade industriosa como “encontro” repleto de significações e

⁴ Podemos exemplificar através de situações vividas, sendo que aqui trazemos dois atendimentos onde o ambiente sobrepunha-se ao rigor dos protocolos: a) uma colisão automobilística onde as vítimas estão encarceradas barranco abaixo, num dia chuvoso e b) um outro atendimento, em que uma paciente obesa apresentou queda ao solo resultando numa fratura de fêmur, estando no quarto andar de um prédio sem elevador. Em situações como essas o trabalhador obriga-se a inovar e a decidir de acordo com seus saberes. Outra característica encontrada no ambiente e cena de atendimento é a falta de materiais adequados ou até em número insuficientes, como muitas vezes ocorre em grandes desastres ou em dias de trabalho em que a demanda de atendimentos está elevada.

dramáticas do uso de si, determinadas pela singularidade do espaço, do tempo e das pessoas – categorias não contempladas pelo discurso do racionalismo científico. O homem não é só produto do meio: ele produz o meio (CUNHA, 2012).

Dessa forma, desperta a necessidade de analisar profundamente como se expressa a subjetividade do sujeito nesse meio profissional, juntamente com seus valores e sua história. Tudo isso, partindo de uma atividade laboral caracterizada pelo alto grau de tecnicismo e objetividade ditada pelas normas técnicas e protocolos, que na visão da ergologia, é cenário repleto de escolhas, debates e engendramentos. Ressalta-se a relevância de integrar essa pesquisa à pós-graduação *Stricto Sensu*, na área da educação e trabalho, por acreditar que as respostas para as perguntas perpassavam o seio da profissão, estando relacionadas também com o contexto do mundo do trabalho e da educação.

Essa vontade de refletir e pesquisar sobre fatos que geram inquietações no cotidiano do labor vão ao encontro do pensamento de Minayo, que afirma: “nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeira instância, um problema da vida prática” (1993, p. 90). Dessa maneira, lembra-nos que sempre haverá uma relação entre pensamento e ação no processo de pesquisa. Assim, pode-se afirmar que a escolha do tema não emergiu espontaneamente, “*mas surge de interesses e circunstâncias socialmente condicionadas, frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas raízes e seus objetivos*” (MINAYO, 1993, p. 90 grifos nossos).

A partir dessas considerações, começamos a perguntar se a forma como se processam a educação e a formação profissional recebidas pelos profissionais atuantes no SAMU-192 encontram-se em consonância com as necessidades práticas do serviço. Isso porque as mesmas se constituem, basicamente, no treinamento em serviço, construído acerca da revisão de protocolos e da apreensão de saberes teóricos, e na participação em cursos específicos na área, que são pré-requisitos para a admissão e permanência no serviço. Formação que é essencialmente positivista e voltada, quase que exclusivamente, para a apreensão dos protocolos assistenciais e rotinas normatizadas de atendimento, sendo construída quase totalmente por pessoas estranhas ao contexto local em que se processa o trabalho, como o exemplo das diretrizes importadas de outros países⁵ e, conseqüentemente, de outros contextos sociais, sendo muitas dessas normas genéricas e inaplicáveis no contexto brasileiro e regional.

⁵ Cursos como BLS® (Basic Life Support – da American Heart Association – EUA) e PHTLS® (PreHospital Trauma Life Support – da National Association of Emergency Medical Technicians – EUA) são comumente adotados pelas organizações como parte da prescrição do trabalho, e proporcionam grande valor ao currículo dos profissionais que os possuem, por serem extremamente valorizados pelos profissionais brasileiros e por organismos de seleção e contratação do SAMU-192.

Buscando compreender como se expressa o debate de normas, as renormatizações e os usos dramáticos de si presentes na atividade industriosa dos técnicos de enfermagem – ato influenciado pelas condições e situações de trabalho peculiares do cenário pré-hospitalar, objetivamos elucidar se a formação e educação profissionais destinadas aos sujeitos mostraram-se ou não adequadas às necessidades reais e complexas do dia-a-dia de seu trabalho, e ainda, se valorizam como saberes outras formas de conhecimento, diferentes daqueles considerados formais, que são provenientes da experiência, valores e história dos trabalhadores.

Também questionamos como se dá essa formação profissional? O processo formativo, na opinião dos trabalhadores, é exclusivamente voltado à apreensão dos protocolos assistenciais e outras formas prescritivas – sendo esta nossa hipótese – ou de alguma maneira leva em consideração esse debate de normas presente no exercício de suas funções?

Para tanto, buscamos trazer à baila algumas situações experienciadas pelos trabalhadores, capazes de desenhar suas intervenções no processo de trabalho, revelando-os como fazedores de sua história dentro do contexto de atendimento pré-hospitalar móvel.

Trabalhando em dois empregos, plantões de 24 horas três vezes por semana e buscando negociar arduamente as folgas para as quintas e sextas-feiras, dias de aula do mestrado, dirigíamo-nos aos encontros com essas inquietações, desejando traduzi-las em palavras, coisa que realmente aconteceu a partir do nosso primeiro contato com a ergologia, nas disciplinas do curso e em reuniões da linha de pesquisa. Descobrimos a importância dessa nova abordagem da atividade humana e seus conceitos, que nortearam a formulação e construção do problema de investigação.

1.1 Problemática de pesquisa

Quais os saberes expressos e como ocorre sua produção no debate de normas e renormatizações oriundos da atividade de trabalho do técnico de enfermagem do SAMU-192 e de que forma estes saberes podem contribuir para novas maneiras de educar os referidos profissionais?

1.2 Objetivo geral

Compreender quais são e como se dá a produção dos saberes decorrentes e constitutivos da atividade humana através do debate de normas e renormatizações no processo de trabalho do técnico de enfermagem atuante no SAMU-192, mapeando suas ressonâncias e contribuições para o processo educativo e formativo.

1.3 Objetivos específicos

- Caracterizar as condições de trabalho dos técnicos de enfermagem que atuam no SAMU-192, relacionando-o com o contexto das normas antecedentes e do trabalho real;
- Compreender como se apresentam as situações de trabalho para o técnico de enfermagem do SAMU 192 e como ocorre a articulação entre as normas antecedentes, debates de normas e trabalho real;
- Descrever e analisar os saberes informais e experiências anteriores que os trabalhadores utilizam para a tomada de decisão, no uso dramático de si;
- Esclarecer como se dá a atual formação do técnico de enfermagem que atua no SAMU-192, bem como propor, à luz dos resultados, elementos fomentadores para a mesma.

1.4 Justificativa

Adicionalmente aos motivos já expostos, podemos citar que o interesse pelas maneiras singulares do trabalhador fazer sua atividade foi despertado por entendermos que, durante o processo educativo do técnico de enfermagem do SAMU-192, tanto na formação básica quanto na educação permanente, os saberes investidos e experienciais recebem importância diminuída, sendo que, muitas vezes, devida a rigidez dos protocolos, esse valioso profissional de saúde é colocado como simples executor de técnicas normatizadas e repetitivas constantes nas etapas de um protocolo – como se a etapa fosse mais importante que a apreensão do objetivo central de toda a ação.

Entendemos que essa visão reducionista, proveniente da divisão do trabalho, não é adequada porque concebemos o indivíduo – seja ele quem for e qual profissão exerça – como um sujeito repleto de possibilidades, potencialidades, sentimentos, valores e história, que caminha na perspectiva da plenitude, sendo candidato a melhorar o seu processo de trabalho, visto que, de acordo com os preceitos teóricos aqui utilizados, o trabalhador sempre busca imprimir o seu “eu” na profissão, consciente e inconscientemente através do corpo-si – apesar de muitas vezes não terem na sua rotina profissional a oportunidade de melhor gerir sua atividade a partir de suas percepções. Ao passo que, na experiência diária em urgência e emergência pré-hospitalar móvel, constatamos as singularidades da atividade dos trabalhadores e seus artifícios para reelaborar seu processo de trabalho, a partir de suas especificidades, utilizando enorme grau de inovação e criatividade.

Além disso, o intuito dessa pesquisa, não é apenas discutir questões da organização formal do processo de trabalho dos atores do SAMU-192, mas sim examinar as práticas

cotidianas dos socorristas e suas estratégias utilizadas no dia-a-dia para resolver os mais variados tipos de problemas, assim como ferramentas que contribuem tanto para uma assistência de enfermagem em urgência e emergência eficaz, quanto para atribuir “sentido” ao modo de fazer a tarefa e expressar sua própria subjetividade que, atrelada ao fazer objetivo, servirá de grande valia para um melhor socorro as vítimas, isso a partir da [micro] gestão das infidelidades do meio.

Acrescentamos também, como justificativa para essa pesquisa, o interesse pessoal do pesquisador em contribuir para a valorização dos saberes, modos de ver e fazer a atividade dos profissionais do SAMU-192 dentro das práticas de educação e formação, além de contribuir para o incremento de novos estudos envolvendo as áreas de educação de técnicos de enfermagem e atendimento pré-hospitalar móvel.

Talvez ao conseguirmos mapear como se expressa o processo de construção de saberes na atividade dos técnicos de enfermagem do SAMU-192, a partir do debate de normas e renormatizações encontradas no trabalho real, possamos construir uma educação e formação voltadas às verdadeiras necessidades dos mesmos, não somente enquanto trabalhadores, mas também como sujeitos que trabalham na tentativa de valorizar seu poder criativo e sua iniciativa, propondo formas de intervenção no processo de trabalho pensadas pelos próprios trabalhadores.

Quanto à organização, às seções desse trabalho estão dispostas da seguinte maneira: após essa introdução, tratamos das bases teóricas e conceituais envolvendo a categoria trabalho, trabalho em saúde, formação técnica em enfermagem, a ergologia e SAMU-192; esclarecemos os procedimentos envolvidos na construção da metodologia aplicada e os instrumentos utilizados para a investigação; traçamos um quadro geral do perfil do profissional, das condições e características de sua atividade laboral e da organização prescrita da mesma no âmbito do SAMU-192; apresentamos a análise do debate de normas e renormatizações da atividade do trabalhador, descrevendo a história, os saberes investidos e constituídos e os valores encontrados nesse processo dialético; ilustramos a reflexão do estudo sobre a contribuição do debate de normas e renormatizações como elementos possibilitadores de uma nova maneira de educar os sujeitos trabalhadores; apontamos as contribuições da presente pesquisa e seu possível caráter potencializador para novos estudos e, por fim; desenvolvemos as últimas considerações.

2 BASES TEÓRICAS E CONCEITUAIS SOBRE TRABALHO, FORMAÇÃO, ERGOLOGIA E SAMU-192

Para fins de melhor compreensão, dividimos o aporte teórico em dois momentos. Na primeira parte, serão abordadas as questões teóricas sobre os conceitos de trabalho, trabalho em saúde e formação do técnico de enfermagem, bem como aspectos teóricos da ergologia. Na segunda parte dessa revisão, serão tratadas as questões pertinentes ao nascimento do SAMU-192 como política pública de saúde e suas especificidades para imersão do leitor no contexto histórico do trabalho em urgência e emergência.

2.1 Trabalho: seu(s) conceito(s) e um pouco de sua história

Neste capítulo apresentamos o conceito de trabalho e suas principais transformações no decorrer da história. Em capítulo posterior falaremos de trabalho como categoria filosófica marxista. Iniciamos a abordagem sobre esse conceito a partir da etimologia da palavra:

Na sua origem, a palavra trabalho está ligada a uma forma antiga de tortura. O termo vem do latim *tripalium*, um instrumento de tortura feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, o qual os agricultores utilizavam para fazer a colheita de cereais. A maioria dos dicionários, contudo, registra o termo *tripalium* apenas como instrumento de tortura, parecido com um tripé, formado por três estacas cravadas no chão, onde os escravos eram torturados. A *tripalium* se liga ao verbo do latim vulgar *tripaliare*, que significa torturar. (ALBORNOZ, 1986, p. 10) [grifos nossos]⁶.

Genericamente pode-se definir “trabalho” como gasto de energia ou como ação objetivada de transformação da natureza. Porém, o conceito de trabalho adquire em nossa sociedade, historicamente, diversos significados. Albornoz (1986) ensina que, na linguagem cotidiana a palavra trabalho, embora pareça compreensível, como uma das formas elementares da ação dos homens, o seu conteúdo oscila. Às vezes lembra dor, tortura, suor do rosto, fadiga. Noutras mais que aflição e fardo, designando a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura. Dessa forma, podemos relacionar o trabalho como o elo entre o homem e o meio, entre o homem e a natureza, entre o homem e a sociedade.

⁶ Ainda segundo Albornoz (1986), trabalho e castigo foram por muito tempo relacionados na história humana e a presente associação foi gradualmente substituída apenas no início do século XV, por outras noções, nascidas de várias línguas latinas. A palavra latina *Laborar*, por exemplo, significa exercer um mister, fazer, entrar em função. Já *Labuta*, significa trabalhar duramente e com perseverança, esforçar-se e empenhar-se. A palavra inglesa *Work* tem sua origem em *Werg-on* e quer dizer trabalhar, fazer, funcionar, avançar com esforço (FERREIRA, 2004).

Analisando a história da humanidade, percebe-se que na economia da sociedade antiga, a representação do trabalho dava-se na realização de tarefas destinadas à satisfação de necessidades inerentes ao seu executor, tais como agricultura de subsistência, coletas e transformação – empregando-se métodos rústicos – de materiais coletados na natureza. Nesse período, o trabalho adquire seu primeiro significado: este é considerado como castigo divino, algo destinado a seres inferiores ou a animais. O trabalho braçal era realizado exclusivamente pelos escravos e servos, enquanto que somente as atividades intelectuais eram consideradas verdadeiramente dignas do homem (ALBORNOZ, 1986; ENGUITA, 1989).

No século XIV, o poder dos senhores feudais, detentores de terras e responsáveis pelos trabalhadores que a utilizavam⁷, começou a declinar a favor da classe burguesa e de seus centros comerciais [burgos]. Ao mesmo tempo, inicia-se a expansão da moeda como meio facilitador de compras de outros produtos não produzidos e meio para acúmulo de riqueza. No entanto, ainda permanece, nessa época, a visão do trabalho como sofrimento e castigo, destinado a escravos e servos. A queda do sistema feudal e o início do capitalismo ocorreram entre os séculos XIV e XV na Europa ocidental, tendo a acumulação primitiva da moeda como uma de suas características (BETTINI, 2010).

Do século XV ao XVII, época do Renascimento, ocorre um grande desenvolvimento em diversas áreas da atividade humana. E o sentido do trabalho começa a mudar: de sofrimento para o sentido de laborar, obrar, exercer uma atividade profissional, sentido atual de labuta. Durante o movimento, ser trabalhador remetia à ideia de um sujeito ativo, construtor e criador do mundo, em que o trabalho era visto como expressão de personalidade e motivação para o desenvolvimento humano. Todavia, com a Reforma Protestante ocorrida na alta renascença, o trabalho passou a ser concebido também como uma virtude, tornando-se instrumento de honra a Deus e resultado de suas bênçãos. E, aquele que não trabalhava com afínco era considerado “vagabundo” e pecador, podendo, até mesmo, ser castigado até a morte (ALBORNOZ, 1986; ENGUITA, 1989).

Nesse período pré-industrial, embora os trabalhadores tivessem condições de vida materialmente muito duras, eles controlavam seu processo de trabalho, o ritmo e a sua intensidade. Além disso, em uma economia primitiva, os meios de produção são rudimentares e sua elaboração está ao alcance de qualquer trabalhador, especialmente pelas técnicas de produção serem simples. O trabalho, nesse momento, ocorre predominantemente em oficinas coletivas de artesãos, onde os trabalhadores participam de todo o processo de confecção da

⁷ Os servos feudais recebiam uma gleba de terra para morar e proteção do senhor feudal, em troca de obediência e trabalho na agricultura.

mercadoria. O mestre artesão ensina o aprendiz, que anos depois tornava-se um novo mestre. Esses trabalhadores exerciam suas tarefas por muitas horas, mas, diferentemente dos dias atuais, o espaço de trabalho e moradia familiar confundiam-se, assim como a produção e satisfação das necessidades, de forma que o trabalho aparecia como uma necessidade natural. O trabalhador possuía controle total de seu processo de trabalho (ENGUITA, 1989).

Com o desenvolvimento das ciências naturais, ainda no século XVII, ocorreu a descoberta de novas maneiras para manufaturar a matéria bruta, o que contribuiu para fortalecer a produção e o sistema de acúmulo de capital: essa nova dimensão do conceito de trabalho foi influenciada pelos pensamentos dos enciclopedistas iluministas⁸ e através da obra de Adam Smith, que exaltou a atividade material produtiva da sociedade burguesa e aprimorou a noção de trabalho como fonte de riqueza social e de todo valor⁹. Conseqüentemente, iniciou-se o declínio da essencialidade do trabalhador de ofício. Com o passar do tempo, as chamadas Revoluções Burguesas, I Revolução Industrial na Inglaterra, Revolução Francesa e a Revolução Industrial, na Alemanha, concretizaram a passagem do sistema feudal de produção para o capitalismo¹⁰. Já no século XVIII, em sua segunda metade, ocorre a Revolução Industrial na Inglaterra, principalmente com a invenção da máquina a vapor e o conseqüente surgimento de várias fábricas, solidificando sistema que controla os meios de produção e, indiretamente, o trabalhador. No início do século XIX, iniciam-se as primeiras crises do capitalismo com as definições das lutas entre as classes existentes, principalmente entre a burguesia e o proletariado, especialmente provocadas por grandes conflitos entre trabalhadores e proprietários capitalistas, a fim de melhores condições de trabalho e aumento dos direitos trabalhistas (BETTINI, 2010).

Os modelos de produção e organização industrial, abordados em capítulo posterior, colocaram, pouco a pouco, a atividade de trabalho como sinônimo de estranhamento entre trabalho e trabalhador – a partir de uma jornada laboral extenuante e eliminação do saber do indivíduo como elemento constitutivo do processo de trabalho – sendo a mesma repetitiva e

⁸Os enciclopedistas eram filósofos franceses idealistas do pensamento burguês que buscavam catalogar o conhecimento humano a partir de novos princípios da razão, tais como as técnicas e artes mecânicas.

⁹Em 1776, Smith publicou *A riqueza das nações*, obra que identifica o trabalho como elemento principal da produção de riqueza. Ele teorizou o salário e sua relação com a economia de mercado, conceituando-o como preço da mão de obra, definido no mercado pela relação entre oferta e procura. Desse modo, Smith contrariava a ideia de que o valor da riqueza da sociedade provinha dos produtos da terra e da agricultura (LIEDKE, 2006).

¹⁰O termo “capitalismo”, para Bottomore (1988, p. 52), refere-se ao modo de produção em que o capital sob suas diferentes formas é o principal meio de produção. O capital pode ter a forma de dinheiro ou crédito [para a compra da força de trabalho e dos materiais necessários à produção], bem como a configuração de maquinaria física ou estoques de bens acabados ou até mesmo de trabalho em processo, e sempre estará relacionado com a propriedade privada [da classe dominante], com exclusão do restante da população. Tem a característica de comprar a força de trabalho através do trabalho assalariado.

desprovida de sentido. O capitalismo transforma o trabalho através da acumulação de riquezas – para alguns poucos homens – mas, paradoxalmente, torna o homem escravo do trabalho e do capital.

Percebe-se que ao longo da sua história o trabalho sofreu uma deturpação, uma vez que nos primórdios era instrumento utilizado pelo homem para extrair da natureza sua sobrevivência. Hoje, o próprio trabalho faz com que o homem seja subjugado, não pela natureza, mas sim pelo próprio homem, através do capital que explora a mão-de-obra.

Em 1818 nasce Karl Marx, e seu pensamento influenciará o conceito de trabalho através de sua visão sobre a sociedade, a economia e a política, especialmente a partir da publicação, em coautoria com Friedrich Engels, em 1848, do Manifesto Comunista. O pensador alemão vê o trabalho numa dimensão ontológica e histórica, sendo o mesmo a essência do ser humano. Em sua extensa obra, o filósofo analisa a relação contraditória inerente ao modo de produção vigente, onde os meios de produção são propriedade do capitalista, e os trabalhadores, que possuem apenas a sua força de trabalho. Dessa contradição nasceram outros conceitos marxistas, como trabalho alienado, mais-valia, divisão social, entre outros, que serão abordados no capítulo seguinte, dentro da discussão do trabalho em Marx.

2.2 O materialismo histórico dialético e a visão marxista do trabalho

Busca-se no presente capítulo explicar as principais ideias e conceitos envolvendo o trabalho sob a ótica de Karl Marx e do materialismo histórico dialético, doutrina em que esse estudo se debruça, juntamente com a ergologia, para compreender a atividade de trabalho. Contudo, não se tem aqui a pretensão de esgotar o tema, tendo-se claro o limite desse estudo e a complexidade de tal intento, e sim elucidar suas importantes contribuições, que fazem com que o trabalho não se resuma a apenas uma palavra ou conceito, mas sim numa importante categoria ontológica e econômica da existência humana, sendo o pilar central da obra de Marx. No capítulo seguinte falaremos do desenvolvimento dos modelos de produção taylorista, fordista e toyotista, além de novas formas de reestruturação produtiva.

Começaremos pelo termo Materialismo. Essa abordagem filosófica – derivada das ideias dos filósofos pré-socráticos Demócrito e Epicuro, em seu sentido mais amplo, afirma que tudo o que existe é apenas matéria, ou pelo menos depende da matéria. Contudo, na tradição marxista, de modo geral prevalece uma concepção de materialismo menos rígida e reducionista. O materialismo, em Marx, é dito histórico porque reconhece o modo de produção dos homens e mulheres e a reprodução de seu ser natural, o processo de trabalho, como causa essencial da história humana. Essa doutrina desenvolveu-se, como será visto

adiante, especialmente a partir da crítica à filosofia idealista alemã de Hegel. A mesma constitui parte inalienável da filosofia marxista por destinar às coisas naturais e históricas a sua primazia, vendo-as não como fatos estáticos, acabados, mas sim em movimento, construídos a cada momento, sempre em transformação, logo historicamente determinados. Assim, reconhece as condições materiais instituídas pela sociedade como essência do mundo. Para Marx, são as condições materiais instituídas pela sociedade que propiciam ao ser humano sua consciência. Essas condições materiais são determinadas a partir das relações sociais de produção e da divisão social do trabalho (GADOTTI, 1997; BOTTOMORE, 1988).

Para compreender a complexidade do trabalho como atividade afirmadora da vida, Marx propõe uma filosofia da ação, que não somente busque interpretar o mundo, e sim transformá-lo. Em sua filosofia, destacam-se: a negação da centralidade das ideias na vida social; a centralidade da práxis humana na produção e reprodução da vida social; a importância do trabalho como elemento transformador da natureza e mediador das relações sociais na história humana e a ênfase na importância da natureza para o homem, que depende da mesma (BOTTOMORE, 1988).

Como ensina Gadotti (1997), é apenas com Marx e Engels que a dialética adquire um status filosófico. Marx coloca Hegel sobre os próprios pés, substituindo o idealismo hegeliano por um realismo materialista. A dialética sob a perspectiva de Marx explica a evolução da matéria, da natureza e do próprio homem; sendo a ciência das leis gerais do movimento, tanto do mundo exterior como do pensamento humano. Dessa forma, a dialética materialista marxista expressa a concepção de homem, de sociedade e da relação homem-mundo. Assim, Marx e Engels assentiam com Hegel que o trabalho é a mola mestra que impulsiona o desenvolvimento do homem e que a realidade está em perpétua mudança, mas discordavam que seriam as ideias elementos determinantes para mudanças materiais. Ao contrário, para eles, são as mudanças ocorridas na realidade material que determinam as mudanças em nossas ideias e na sociedade. Criticavam ainda a unilateralidade da concepção hegeliana do trabalho, que exaltava o trabalho intelectual e não considerava a significação do trabalho físico, material.

O filósofo não coloca apenas de “cabeça para cima” a lógica hegeliana, ele ressignifica a dialética, aplicando-a na realidade social, econômica e política. Marx encara a dialética não como um movimento espiritual, tampouco apenas um método para se chegar à verdade, mas como um instrumento que compreende a maneira pela qual se relacionam e se determinam, continuamente, as condições de existência social e as distintas modalidades da consciência.

Abordamos, nesse momento, o conceito de trabalho em Marx. Ele representa, para o filósofo, o verdadeiro fundamento da vida humana, sendo o instrumento de mediação entre o homem e a natureza: muito mais que produtor de objetos, como roupas e alimentos, o trabalho gera instituições como o Estado, as cidades e as nações. Ainda, para o marxismo, é o trabalho que distingue o homem no reino animal, pois o homem, através do trabalho enquanto atividade consciente, regula e domina a natureza para consecução de seus fins enquanto os animais apenas a usam – e o homem não apenas transforma a natureza, como projeta idealmente tal transformação, capacidade que na filosofia chama-se teleológica. Marx em seus estudos percebe o trabalho como uma necessidade natural e eterna do homem, constituindo-se num verdadeiro elemento de emancipação, sem a qual a raça humana não pode existir. Na história da humanidade mostra-se como ingrediente que se confunde com a própria noção de vida, já que é instrumento utilizado pelo homem para satisfazer suas necessidades mais primárias de saciedade corporal e, portanto, de sobrevivência. Entende que o homem, ao contrário dos animais, tem a capacidade de promover o trabalho criando os bens materiais necessários, tais como ferramentas de trabalho e outros instrumentos especiais, que perpetuamente são criados e recriados, propiciando-o assegurar a sua existência pelo trabalho (MARX, 1996). O filósofo nos ensina ainda que

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. (MARX, 1996, p. 211).

Na leitura do pensador alemão fica claro que uma das características marcantes do trabalho e seu processo é a intencionalidade. Marx (1996) ensina que o homem, ao contrário dos animais, que operam de forma irracional, possui a capacidade de arquitetar o resultado de seu trabalho antes mesmo de começá-lo. Dessa forma, o ser humano, ao transformar a matéria, imprime-lhe uma forma que havia sido projetada mentalmente, e que vai conduzir todo o curso do trabalho, resultando na satisfação da necessidade que originou o trabalho. Corroborando com sua importância, Cyrino (1993) afirma que a intencionalidade do trabalho é a “capacidade que possibilita ao homem separar no tempo e no espaço a concepção do projeto de sua execução, o que permite, por exemplo, que a ideia concebida por uma pessoa possa ser executada por outra”. Assim, podemos afirmar que a vontade do homem é o elemento guia para a obtenção do produto.

Entretanto, ao homem não basta apenas planejar aquilo que produzirá; faz-se necessário, também, que haja sua interação com a natureza, de modo a extrair os elementos necessários à produção desejada. Marx em vários momentos de sua obra reitera a importância da capacidade que o homem possui de observar seu ambiente e transformar as coisas que o constituem, elaborando na sua mente as melhores maneiras de executar essas modificações. Esse aspecto faz o homem diferente do animal e superior aos demais seres vivos. Em suas palavras:

O que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. (MARX, 1996, p. 211).

Em relação ao processo de trabalho, Marx (1996) pontua três componentes que se relacionam entre si: a atividade apropriada a um fim, que é o próprio trabalho; o objeto, que é a matéria que o trabalho irá transformar; e os meios do trabalho, que se configuram como o instrumental a ser utilizado no processo de produção. Assim, o trabalhador, como parte integrante desse processo, opera a transformação de um objeto em um produto que cumpre a finalidade colocada, desde o início, como intencionalidade daquele trabalho específico.

O trabalho, em seus elementos simples, é produtor de valores de uso e valor de troca, pois a geração de bens materiais deve ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada para seu fim, que converte elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Por ser o trabalho criador de valores de uso e expressar a mediação entre o homem e a natureza, se caracteriza como condição para a existência da vida humana, independente da forma de sociedade (MARX, 1996).

O trabalho que produz algo tem um duplo caráter, que Marx pontuou como trabalho concreto e abstrato. O trabalho concreto é o que produz mercadorias, bens e serviços produzidos para a venda com valores de uso específicos – tais como roupas, alimentos, eletrodomésticos, etc. O trabalho abstrato está relacionado com a relação de equivalência entre as mercadorias, que permite sua troca, principalmente por dinheiro. Essa equivalência expressa que o trabalho produtor de mercadoria também é trabalho abstrato. Esse trabalho pode ser comparado diretamente pelo tempo de trabalho médio que se gasta para produzir cada tipo de mercadoria, sendo esse seu valor. Assim, o trabalho que produz as mercadorias é simultaneamente concreto, respondendo pelas qualidades físicas dos objetos, e abstrato através do gasto indiferenciado de energia humana, vindo a ser a substância criadora de valor.

Nas palavras de Marx:

De um lado, todo trabalho é um dispêndio de força de trabalho humana, no sentido fisiológico, e é nessa qualidade, de trabalho humano igual, ou abstrato, que ele constitui o valor das mercadorias. Por outro lado, todo o trabalho é um dispêndio de força de trabalho humana de uma determinada forma e com um objetivo definido e é nessa qualidade de trabalho concreto útil que produz valores de uso (MARX, 1996).

Como se percebe, o trabalho útil, concreto, é indispensável, existindo em todos os tipos de sociedade, visto que os seres humanos necessitam produzir e consumir valores de uso a fim de garantir sua subsistência física e social. Porém, o trabalho abstrato somente existirá nas sociedades que utilizam o intercâmbio de mercadorias.

No pensamento de Marx, o valor de uma mercadoria expressa uma forma histórica e é algo completamente social, bem como o trabalho que dá origem ao valor é trabalho social. O valor não é uma relação técnica, mas uma relação social entre sujeitos que assume uma forma material específica sob o capitalismo e, portanto, aparece como uma propriedade dessa forma. Pode-se assim entender que, para Marx, não há uma forma de trabalho imutável, independente da sociedade: sua forma muda historicamente (BOTTOMORE, 1988).

Em sua obra, Marx ao mesmo tempo coloca o trabalho como elemento de autogênese humana devido sua interação recíproca com a natureza, considerado como aspecto positivo, e apresenta também a face negativa do trabalho, como subordinação ao capital, como atividade alienada, de sacrifício e mortificação do homem, cuja expressão máxima se revela na perda dos objetos fruto da atividade de trabalho e no próprio ato da produção, no qual o homem se sente fora de si, subtraído. No entanto, o trabalho mesmo sendo determinado pela propriedade privada, ainda produz riqueza útil: a alienação se origina quando esta riqueza é retirada dos seus verdadeiros produtores, os trabalhadores, e a ela é atribuído um valor de troca em detrimento do valor de uso. Em sua visão negativa, o filósofo percebe que o trabalho é determinado pelas contradições da propriedade privada. No modo de produção capitalista, o trabalho perde a sua condição essencial de ser atividade vital humana e torna-se uma atividade estranha, que conduz o homem à perda de sua essência ao objetivar-se nos produtos do trabalho. Dessa forma, o homem trabalha não para se realizar como ser livre e criativo, mas para satisfazer os interesses do capital e suas necessidades imediatas, como alimentar-se, vestir-se, entre outras. Tal fato explica porque a propriedade privada instituiu, historicamente, a separação entre trabalho e capital, isto é, entre os produtores e os produtos, entre a “essência subjetiva” da propriedade e a sua “essência objetiva”, o que origina, segundo Marx, todo o processo de perda-de-si do homem (OLIVEIRA, 2010; MARX, 2006).

Sinteticamente, podemos descrever que a alienação, conforme Marx, se expressa em quatro etapas. A primeira é a alienação do trabalhador pelo produto, ou seja, quanto mais ele cria e produz coisas, mais se torna miserável, transformando-se aos poucos em mercadoria. Em detrimento disso, a mercadoria aos poucos se humaniza. Eis a contradição: o homem transforma-se em mercadoria e a mercadoria em homem, pois o trabalhador se relaciona com o produto como se esse fosse um objeto estranho a ele. A segunda forma de estranhamento do trabalhador dá-se durante a produção do produto, pois o trabalho é exterior ao homem, e o homem não se satisfaz enquanto trabalha, o que implica, contraditoriamente, o trabalhador sentir-se portador de sua identidade – com seus valores e subjetividade – apenas fora do trabalho, o que caracteriza trabalho forçado. Outra forma de alienação é a transformação do homem em animal por não se identificar com o seu trabalho e sentir-se reduzido a um animal – pois o homem não se sente pleno em sua atividade de trabalho e só se sente realizado em suas funções mais elementares, como comer, beber e procriar, entre outras. A última forma de alienação é aquela que ocorre quando o homem se contrapõe ao próprio homem: pois se do trabalhador foi retirado o produto de seu trabalho e o próprio trabalho não lhe pertence, os mesmos obviamente pertencem a outro homem diferente do trabalhador – o patrão – aquele que comprou sua força de trabalho (MARX, 2006).

Para Enguita (1989), a alienação, com relação ao próprio processo de trabalho, consolida-se na carência de poder por parte do trabalhador para determinar o procedimento pelo qual obterá os objetivos fixados para sua atividade. Representa a perda do controle sobre a própria atividade durante o tempo de trabalho. Essa perda de autonomia faz com que o trabalho complexo e qualificado torne-se trabalho simples e desqualificado, em que o homem torna-se “homem de todos os ofícios, mas que não domina nenhum”. Assim, as tarefas do trabalhador são reduzidas a meras funções de execução, caracterizando um processo de desqualificação e degradação do trabalho¹¹.

O seguinte passo do capitalismo, na busca incessante de lucro e poder, é a conversão do trabalhador independente em trabalhador assalariado, através da subordinação formal do trabalhador ao capital, gerando a “mais-valia”. Podemos definir mais-valia, em linhas gerais, como sendo o valor não pago ao trabalhador, através da exploração exercida pelos capitalistas sobre seus assalariados – designando a disparidade entre o salário pago e o valor do trabalho

¹¹ Bottomore (1988) entende que a alienação se dá quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos se tornam ou permanecem alheios e estranhos aos resultados ou produtos de sua atividade de trabalho. Dessa forma, a alienação é sempre de si próprio ou auto-alienação, isto é, alienação do homem [ou de seu ser próprio] em relação a si mesmo [as suas possibilidades humanas], através dele próprio [pela sua própria atividade].

produzido. Segundo Marx, o valor da mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-la, através da força de trabalho, determinada pelo valor dos meios de vida necessários à subsistência do trabalhador, tais como alimentos, roupas, moradia, transporte, entre outros. Assim, se o trabalhador permanecer em atividade de trabalho além de um determinado número de horas, estará gerando não apenas valor correspondente ao de sua força de trabalho, pago através do salário, mas também um preço a mais, um valor excedente sem contrapartida do patrão. Do produto de trabalho não pago pelos capitalistas são gerados o lucro e acúmulo de mais capital. A atividade de trabalho torna-se trabalho explorado. Para Botomore (1988), a história da produção capitalista pode ser vista como a luta entre os capitalistas e classe trabalhadora. Os primeiros objetivam aumentar a taxa de mais-valia e os trabalhadores buscam resistir a esse aumento.

Marx (1996) ainda divide a mais-valia em absoluta e relativa. A mais-valia absoluta consiste na intensificação do ritmo de trabalho e aumento da produtividade, de forma supervisionada, através da subordinação do trabalhador ao controle de seus atos e movimentos, inclusive pela cronometragem do tempo de atividade, para prolongamento do tempo de trabalho e a eliminação de tempos mortos, assim aumentando a proporção de mais-valia absoluta. Dessa forma, o proprietário obriga o empregado a trabalhar em um ritmo maior e com ampliação intensiva ou extensiva da jornada de trabalho, assim produzindo mais mercadorias e mais valor.

A mais-valia relativa provém da redução do tempo de trabalho necessário para produzir um bem, ou seja, uma redução no valor da força de trabalho. Ocorre principalmente pela característica que fez do capitalismo o modo de produção mais dinâmico de todos os tempos: a transformação contínua dos métodos de produção através da introdução contínua de inovações tecnológicas que visam o aumento da produtividade, objetivando maior número de mercadorias num mesmo período de jornada, contudo, sem a dependência das habilidades do trabalhador individual. Assim, o capitalista torna o trabalhador um mero acessório da máquina. Caracteriza-se, também, pela diminuição de trabalho e conseqüentemente diminuição de salário do trabalhador, cortando o valor da força de trabalho, gerando a diminuição dos produtos necessários para a subsistência do mesmo (BOT TOMORE, 1988).

Marx analisou profundamente a divisão do trabalho na produção manufatureira, que considerara o fundamento geral de toda a produção de mercadoria. De acordo com Enguita (1989), essa tem lugar quando o capitalista, em vez de limitar-se a aceitar os processos de trabalho estabelecidos e tratar simplesmente de aumentar a mais-valia extraída mediante o aumento da jornada de trabalho, reorganiza o próprio processo de produção. Na divisão

manufatureira do trabalho o operário parcial não produz mercadoria alguma. Apenas o produto coletivo de um conjunto de operários parciais se transforma em mercadoria.

Na manufatura evidencia-se a autoridade incondicional do capitalista sobre os homens, reduzidos a meros membros de um mecanismo coletivo, propriedade deste. Para Marx, as manufaturas podem ser consideradas máquinas cujas partes são os próprios homens. Esse processo de subdivisão do trabalho, que conseqüentemente subdivide o próprio homem, expressa total ignorância e negação da importância da totalidade do conhecimento. Nas palavras de Marx:

Subdividir um homem é executá-lo, se merece a pena de morte; é assassiná-lo se não a merece. A subdivisão do trabalho é o assassinato de um povo. (MARX, 1996, p. 416).

Marx (1996) nos ensina, também, que a divisão manufatureira do trabalho separa os trabalhadores das forças intelectuais que idealizam o processo produtivo, como se essas forças fossem alheias ao trabalhador e poder que o domina. Assim o homem é reduzido a uma fração de si mesmo. Para entender melhor a fragmentação do homem através do capitalismo assinalada por Marx, no próximo capítulo será visto os modelos de produção capitalistas, que culminaram em grandes progressos ao capital, cindindo ainda mais o trabalho do homem e seu produto.

2.3 Taylorismo, fordismo e toyotismo na organização do processo de trabalho

Não poderíamos abordar o trabalho e seus principais aspectos históricos sem mencionar os modelos adotados pelo capitalismo a fim de reestruturar-se perpetuamente, mantendo sua hegemonia como sistema global. Ao longo da história da humanidade, o capitalismo consolidou-se como sistema econômico dominante através do aperfeiçoamento de modelos e técnicas de divisão, gerenciamento e racionalização da atividade de trabalho, visando a produção em série. Seu persistente desejo de aumentar o lucro pela intensificação da produtividade ao explorar a mão de obra do trabalhador, lançou-o como sistema universal, estando relacionada sua expansão, em escala mundial, com a primeira Revolução Industrial, que proporcionou importantes acréscimos na produtividade do trabalho e, conseqüentemente, aumento dos lucros e acúmulo de mais capital, ciclicamente.

A organização do processo de trabalho através da administração científica consolidou-se na segunda metade do século XIX, principalmente pelas novas ideias propostas por

Frederick W. Taylor¹² – ideias essas que modificaram profundamente as relações entre capital e trabalho – a partir da aplicação de métodos da ciência positiva racional. Taylor, a partir de seus estudos no cenário da indústria metalúrgica, propunha princípios e regras técnicas que possibilitavam gerenciar o processo de trabalho, sendo aplicadas a todas as atividades humanas de origem industrial, desde a mais simples até aquelas encontradas em grandes empresas. Seus três princípios norteadores são a substituição do critério individual do operário por uma ciência; a seleção e aperfeiçoamento científico do operário, que é instruído e treinado – experimentado – em vez de escolher os processos de aperfeiçoamento ao acaso, e o relacionamento íntimo entre a administração da empresa e os operários, sendo que estes dois atores do processo industrial fariam o trabalho juntos – dessa forma retirando a resolução dos problemas da esfera individual do operário (TAYLOR, 1989, p. 107).

Enguita (1989) afirma que o taylorismo tem por objetivo a decomposição do processo de trabalho nas tarefas mais simples, mediante a análise de tempos e movimentos das atividades a serem realizadas. Com isso, segundo o autor, pretende-se colocar à disposição da direção das empresas um conhecimento detalhado dos processos de trabalho que lhes evite terem que depender do saber dos trabalhadores e de sua boa vontade, isto é, de sua disposição para empregarem com esmero sua capacidade de trabalho e serem explorados. Explica que o propósito da “organização científica do trabalho” é converter a capacidade de trabalho do assalariado, que o capitalista comprou, no máximo de trabalho efetivo. O capitalista, também, retira do trabalhador a capacidade de decisão sobre seu trabalho.

Genericamente, podemos dizer que a principal característica desse sistema é a organização e divisão de tarefas dentro de uma empresa, com o objetivo de obter o máximo de rendimento e eficiência com o mínimo de tempo e atividade. Sua questão fundamental é o controle do trabalho e da força de trabalho comprada e vendida. Assim o trabalho torna-se trabalho alienado e instrumento que fragiliza o indivíduo, robotizando o operário e limitando sua expressão e o transformando em mercadoria. Desse modo, de acordo com Marx (1979), no trabalho alienado o trabalhador afunda até o nível de mercadoria, e quanto mais cria bens para o capitalista, mais barata se torna esta mercadoria.

Do taylorismo nasceu o fordismo, que é considerado por muitos autores como uma extensão do primeiro, pois Henry Ford, pai desse modelo de produção em massa, utilizou à risca os princípios de padronização e verticalização do processo produtivo de Taylor,

¹² Taylor, engenheiro estadunidense, viveu entre 1856 e 1915 é considerado o “pai da administração científica”. Determinado a melhorar a disciplina e diminuir a resistência operária ao trabalho assalariado, escreveu a obra “Os Princípios da Administração Científica” onde ilustrou seu método, que buscava modificar e organizar racionalmente o sistema produtivo.

adicionando outras técnicas avançadas para a época em relação à maquinaria, tais como a inserção da esteira rolante à linha de produção, que evitava o deslocamento dos trabalhadores, mantendo fluxo contínuo e progressivo do material sobre o qual se trabalha e visando a produção em série (HOLZMANN, 2006, p.36).

A partir das inovações trazidas por Ford ao processo de trabalho fabril, os proprietários das empresas conseguiram uma intensidade de trabalho maior do que já possuíam, e conseqüentemente, aumento dos lucros. O fordismo incorpora a sistematização do trabalho taylorista e integra ao mesmo cálculos de movimentos e tempos em um sistema mecânico de ritmo regular e ininterrupto; evidencia a subordinação do trabalhador à máquina, bem como a supressão de sua capacidade de decisão e, paradoxalmente, com mínimos custos de supervisão. Assim, o trabalhador alcança grau máximo de submissão ao controle da direção, além de desqualificação e rotinização do processo de trabalho, gerando o mínimo de controle por parte do trabalhador sobre seu processo produtivo e intensa insatisfação (ENGUIITA, 1989).

A produção fordista tornou-se ainda mais mecanizada com o nascimento de equipamentos especializados que geraram produtos altamente padronizados e produzidos em grande escala. O que diferenciava o fordismo do taylorismo era a visão, o reconhecimento explícito do primeiro que a produção em massa significava consumo de massa, emergindo, dessa forma, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, bem como uma nova política de controle e gerência do mesmo.

Para Bernardo (2004), o trabalho baseado nos princípios tayloristas-fordistas é executado através de um rígido controle e disciplina, e seu processo caracteriza-se por ser extremamente repetitivo, parcelado e monótono, tendo sua velocidade e ritmo estabelecidos independentemente da vontade do trabalhador. Ao trabalhador resta, então, somente seguir o protocolo de trabalho, executando suas funções exatamente como são padronizadas, isentas de autonomia para propor ou realizar qualquer tipo de alteração das regras normatizadas.

O modelo taylorista-fordista cresceu e influenciou intensamente todos os ramos de produção. Contudo, para o trabalhador, a doutrina intensificou a separação entre concepção e execução da atividade de trabalho, associada ao controle gerencial do processo e à hierarquia rígida, levando à desmotivação e maior alienação dos trabalhadores nos seus processos de trabalho além de ignorar toda e qualquer expressão de subjetividade dos mesmos. Uma das críticas recebidas pelo fordismo foi que este, ao contrário da produção artesanal, não dá escolha ao cliente.

Mais tarde, a partir das experiências negativas do método de Ford experimentadas no final da década de 60, como a desaceleração do crescimento da produtividade, resultante dos limites técnicos do fordismo que, com a rigidez do sistema produtivo, não conseguiu sobreviver à nova conjuntura econômica mundial que exigia maior flexibilidade, nasceu o toyotismo. Esse sistema “vende a ideia de superação do modelo taylorista-fordista” e preconiza a qualidade total em todas as etapas do processo produtivo, além de estimar uma produção flexível – e enxuta – de acordo com a demanda do momento atual de mercado, evitando-se o desperdício e o estoque. O toyotismo surgiu numa época em que a estrutura do capital se encontrava em crise¹³, onde o sistema capitalista buscava mudanças no próprio processo produtivo para reinventar-se. É considerado o modelo de produção fruto desta reestruturação produtiva.

A reestruturação produtiva do capital, que culminou na implementação do toyotismo, tem como fatores determinantes a retomada do modelo liberal, com mínima intervenção do Estado na economia e as transformações na produção industrial. Tem por características a estruturação das empresas em redes, com acentuado enxugamento da força de trabalho pela subcontratação, terceirização e surgimento da figura do trabalhador temporário, precarização da mão-de-obra e o desemprego estrutural, além do enfraquecimento dos sindicatos trabalhistas. Baseia-se também no incremento das inovações tecnológicas, na automação e informatização da produção e na exploração desmedida do trabalho, confluindo preponderantemente para a extração exacerbada e combinada de mais-valia relativa e absoluta (ANTUNES, 1999; BETTINI, 2010).

Nas palavras de Antunes (1999):

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 1999, p. 31).

¹³ Podemos citar alguns elementos que contribuíram para a crise do modelo taylorista-fordista, tais como: alta inflação experimentada nos anos 70; aumento do preço do petróleo, elevação dos juros norte-americanos; crise da superprodução e superacumulação; a força dos sindicatos e gastos sociais de diversos governos. Nesta época houve um aumento do absenteísmo e alta rotatividade de trabalhadores, especialmente os jovens. Inicia-se, neste momento, a partir do toyotismo, a preocupação com melhorias do ambiente de trabalho objetivando agrandar os jovens trabalhadores. As ordens tornam-se regras, valores institucionais, sofisticando o controle sobre os trabalhadores (BETTINI, 2010).

O toyotismo foi idealizado pelo engenheiro mecânico chinês Taiichi Ohno e implantado nas fábricas de automóveis Toyota. Tem como característica a atenção às variações de mercado, adaptando a produção às suas flutuações e produção somente do necessário, reduzindo os estoques e produzindo pequenos lotes com máxima qualidade¹⁴. As ferramentas utilizadas eram de acordo com cada proposta demandada pelo cliente. Podemos dizer que este sistema, diferentemente do fordismo, não “empurra” a mercadoria para o cliente, e sim faz com que o cliente “puxe-a” de acordo com as suas próprias necessidades. Propõe a troca da padronização pela diversificação e produtividade. As relações de trabalho modificam-se, e a fábrica agora exigia um trabalhador mais qualificado, participativo e capaz de trabalhar em equipe, além de mostrar-se adaptável às diversas funções do processo produtivo, inclusive a operar várias máquinas simultaneamente. Os desperdícios detectados nas fábricas regidas por esse modelo foram combatidos veementemente, sendo categorizados em: produção antes do tempo necessário; produção maior que a necessária; movimento humano, transporte, estoque e operações desnecessárias no processo de manufatura (HOLZMANN, 2006).

O modelo toyotista, pode-se assim dizer, resultou da tomada de consciência por parte dos capitalistas – a partir da necessidade do fortalecimento e reestruturação do capital – que era necessário explorar a criatividade, a capacidade organizativa e de cooperação, o componente intelectual do trabalho, tornando o trabalhador flexível, polivalente e moldável às novas exigências do sistema produtivo. Agora, além de seu corpo, a mente do trabalhador é convocada a contribuir e a repensar estratégias para se atingir o maior lucro possível, evitando-se qualquer desperdício. Dessa forma, a meta do sistema capitalista continua sendo o controle e o aumento da produtividade e o critério é exclusivamente a manutenção do poder através do controle da força de trabalho, acumulação de capital e crescimento da propriedade privada (BERNARDO, 2004).

Mostra-se importante pontuar que, no sistema taylorista-fordista, o principal método de controle era a dominação física do trabalhador, que em conjunto com o medo de demissão e a necessidade de sobrevivência, eram maneiras eficazes de manter o trabalhador “sob controle” dos proprietários. No entanto, com o aumento dos movimentos reivindicatórios – e a tentativa dos trabalhadores em conquistar maior autonomia, principalmente sindicais, e com o advento da reestruturação produtiva, houve a procura por novas formas de controle. Agora, de maneira mais generalizada, a dominação tem caráter subjetivo, através de programas de

¹⁴ A Toyota, ao adotar a concepção "enxuta" e rompendo com a produção em série, possibilitou oferecer um produto personalizado ao consumidor, diferentemente do modelo taylorista-fordista.

qualidade total e marketing, introjetando no trabalhador ideias de efeito, como “você deve amar sua empresa”, “sua empresa é sua vida”, “seu sucesso depende do sucesso de sua empresa”, fazendo com que os trabalhadores sejam mantidos sob controle e dispostos a dar sempre “um pouco a mais” para que a empresa atinja seus objetivos e o máximo de lucro (BETTINI, 2010).

Embora possa parecer que o modelo toyotista de produção valorize mais o trabalhador do que os modelos anteriores pelo fato de convocar o mesmo a pensar sobre sua atividade de trabalho – em nossa opinião, tal impressão é mera ilusão. Na realidade, o que ocorre é uma flexibilização do trabalhador, muitas vezes a contragosto, gerando assim aumento da concorrência entre os mesmos, que disputam melhores índices de produtividade entre si. Tais disputas exigem sacrifícios cada vez maiores do trabalhador, e podem ter, como consequência, além do aumento da produtividade para o capitalista, piores condições de trabalho, o que tem resultando em patologias laborais para a massa de trabalhadores, através de horas-extras, trabalho temporário e subcontratações.

No próximo tópico buscamos apresentar uma nova abordagem da atividade de trabalho, como uma fonte produtora de novos conhecimentos e saberes, com o objetivo de conhecer em profundidade a atividade para transformá-la: a ergologia.

2.4 A ergologia e seus preceitos teóricos

Neste capítulo descrevemos os principais conceitos presentes na perspectiva ergológica, abordagem que surgiu como desdobramento da ergonomia e se caracteriza como proposta inovadora que estuda o trabalho em profundidade a partir da análise da atividade humana e do ponto de vista daquele que trabalha. Constitui-se no intuito de investigar o permanente debate de normas e valores que renovam a atividade e analisar todas as variáveis e possibilidades contidas na problemática do trabalho vivo e real. Pretende desvelar a vida que existe dentro do processo de trabalho e, juntamente com os trabalhadores, buscar estratégias para intervenções efetivas para melhorar a realidade laboral, a partir da valorização da inteligência concebida na prática de trabalho. Seu nome, “ergologia” provém de Ergon, do grego, que significa ação, criação, obra de arte, dando dimensão criadora e complexa à atividade humana (FIGARO, 2009; BRITO, 2005; SCHWARTZ, DUC, DURRIVE, 2010).

A história da ergologia foi iniciada por Yves Schwartz e uma equipe de pesquisadores, em Aix-en-Provence, na França, na década de 80, com o objetivo de ser uma disciplina diretamente relacionada ao trabalho e para repensar a produção do conhecimento sobre o

mesmo. Consiste em uma *démarche*¹⁵ que reconhece a atividade laboral como *debate de normas*¹⁶, formulada a partir de uma nova abordagem do trabalho. Surge no contexto de mudanças sociais, econômicas e políticas evidenciadas nas últimas décadas do século XX, especialmente no continente europeu, transformações essas que emergiram desde a década de 80 – quando mudanças no mundo do trabalho e no movimento sindical geraram debates, a fim de entender o que se passava nesse novo contexto em transformação, em especial sobre *o fim da centralidade do trabalho no mundo contemporâneo*, dada as revoluções tecnológicas e sua relação com a força de trabalho. Dentre as questões pautadas, perguntava-se: o trabalho está chegando ao fim? Está perdendo a importância central no mundo contemporâneo? E como fica a classe dos trabalhadores? (ANTUNES, 1997; SCHWARTZ, DURRIVE, 2007).

Nesse cenário de problematizações e discussões, os pesquisadores e professores relacionados à temática, principalmente da Universidade de Provence, na França, propõem as seguintes questões:

É verdade que muitas coisas estão mudando no mundo econômico, do trabalho e social, mas o que está realmente mudando? Será que sabemos suficientemente bem o que está mudando? [...] O que é o trabalho? (SCHWARTZ 2006, p. 548).

Para chegar às respostas dessas indagações e conseqüentemente avaliar as transformações do mundo do trabalho, os pesquisadores universitários franceses reuniram-se com trabalhadores, buscando entender as nuances da atividade do trabalho. Para tanto, foi criado um dispositivo, identificado como “*Análise Pluridisciplinar das Situações de Trabalho - APST (1983-1984)*” a fim de olhar a atividade de trabalho como algo que perpassa uma disciplina específica, estando relacionada com vários campos do saber. Mais tarde, em 1999, na Universidade de Provence, criou-se o Departamento de Ergologia – APST.

A Ergologia se constituiu pouco a pouco, então, não como uma disciplina no sentido de um novo domínio do saber, como uma teoria, já que é pluridisciplinar, é uma disciplina do pensar. Schwartz explica que, através do desconforto intelectual produzido pelas

¹⁵ *Démarche*: termo francês que, de acordo com Avolio e Faury (2011), significa modo de andar, atitude, comportamento, diligência e procedimento. A palavra francesa é utilizada para explicar que a ergologia não é uma nova disciplina acadêmica, mas sim um “olhar aproximado” centrado na atividade de trabalho humana, para transformá-lo em benefício de toda a sociedade através de todas as disciplinas acadêmicas (sociologia, ergonomia, filosofia, psicologia, história, entre outras).

¹⁶ A ergologia aborda as normas a partir da perspectiva filosófica de Georges Canguilhem, que considera o debate de normas como resultado da reunião de todas as forças de adaptação do trabalhador no embate com as normas de trabalho. Em síntese, poderíamos dizer que a teoria de Canguilhem reconhece que um sujeito entraria em desequilíbrio a partir do momento em que não conseguisse se adaptar às normas de trabalho, e dessa forma adoecendo. Entende, também, que o trabalho é verdadeiro espaço de construção da saúde e campo de discussão sobre as maneiras que os sujeitos trabalhadores podem influenciar neste processo (CANGUILHEM, 2000).

transformações encontradas no mundo do trabalho, não se pode compreender as mutações do trabalho em nível “macro” se não se procurar entendê-lo em nível “micro” – local, através do diálogo com os sujeitos da atividade que o realizam (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 32).

Segundo o professor francês Pierre Trinquet, a ergologia é considerada um método de investigação pluridisciplinar em função da atividade humana ser extremamente complexa para se compreender e analisar a partir de uma única disciplina, qualquer que seja ela. *Todas são necessárias, embora nenhuma seja suficiente*. Trata-se, portanto, de um movimento dialético entre as mesmas e seus saberes, assim obtendo uma visão mais realista e completa da situação real da atividade de trabalho humano, bem como suas contradições (TRINQUET, 2010, grifos nossos).

A ergologia traz o conceito de *atividade* como palco de debate de normas com o meio em que se trabalha, formando uma dialética entre o dizer e o fazer, o privado e o profissional, o imposto e o desejado, o micro e o macro, entre outros. E, a partir desse debate, o trabalhador, ao executar o trabalho efetivamente realizado, cria e recria as prescrições normativas, a partir das renormatizações. A atividade de trabalho apresenta a influência das exigências sociais, objetivos impostos, valores e contexto histórico da organização, sendo estas variáveis geridas por arbitragens às vezes quase inconscientes, no uso dramático de si. Logo a atividade de trabalho é mais do que uma estratégia de adaptação às situações reais de trabalho, objeto das normas: mostra-se como manifestação concreta das contradições sempre presentes no ato de trabalho. Outra característica da atividade é que o sujeito que a realiza se engaja por inteiro, a cada momento, a partir de seu corpo biológico, sua afetividade, seu psiquismo, sua experiência de vida e valores (CUNHA, 2012; BORGES, 2004).

Schwartz, ao apresentar a ergologia ao mundo do trabalho, inspirou-se em algumas atividades realizadas pelos ergonomistas de língua francesa, sob a direção do professor Alain Wisner, que haviam descoberto, a partir da observação dos postos de trabalho extremamente taylorizados, a existência da distância permanente entre o trabalho prescrito e aquele efetivamente realizado. A ergonomia explica que a distância entre o prescrito e o real sempre existiu, desde o começo da hominização, desde o aparecimento do *homo habilis* [homem habilidoso] em direção ao *homo faber* [homem fabricante]. A partir de um processo infinitamente lento de renormatizações ocorreu significativa evolução da atividade humana, em que o *homo habilis* começa a fabricar ferramentas, sobrepujando outras espécies na seleção natural. Caso contrário, estaríamos no mesmo estágio que as formigas e as abelhas (TRINQUET, 2010, grifos nossos).

Importantes questões resultam dessa descoberta ergonômica da língua francesa, que Schwartz e a ergologia propõem-se a explicar. Uma delas, sem dúvida alguma, é: *Por quem e como é preenchida e gerida a distância entre o trabalho prescrito e o realizado?* A ergologia explica que o que caracteriza a distância entre o trabalho prescrito e o trabalho realizado é o fato de o trabalho ser, *por definição*, imprevisível. Isso quer dizer que ele não é e não pode ser previsto. Tanto do ponto de vista da experiência quanto da teoria, a única certeza confiável é que sempre existirá uma distância entre o trabalho prescrito e o praticado, por mínima que seja. Essa gestão da distância entre o trabalho prescrito e o real está na origem do que os ergologistas chamam de *subjetividade do/no trabalho*. Através dela é que o indivíduo expressa a sua personalidade, a sua individualidade e cria a sua singular história, tanto individual quanto coletiva, fazendo existir a interação humana no contexto do trabalho objetivo e racional (TRINQUET, 2010 grifos nossos).

As normalizações referem-se ao ato ou efeito de normalizar – instituir normas para a execução do trabalho. *Norma* é uma palavra latina que significa esquadro. A mesma exprime o que uma instância avalia como devendo ser, segundo o caso, um ideal, uma regra ou um objetivo. Essa instância pode ser exterior ao indivíduo, normas impostas, como pode ser derivada do próprio sujeito, no caso de normas instauradas na própria atividade de trabalho, porque, segundo a ergologia, cada um procura ser produtor das suas próprias normas, na origem das exigências que o governam (SCHWARTZ; DURRIVE, 2008). Para trabalhar, de acordo com Vieira-Junior e Santos (2012), o ser humano tem necessidade de *normas antecedentes*, termo inaugurado pela ergologia, sendo mais abrangente que seu precursor, o trabalho prescrito, proveniente da ergonomia, que incorpora várias dimensões presentes nas situações de trabalho. Não somente as regras e prescrições, como também as expressões de inteligência do trabalhador, suas experiências coletivas, o saber-fazer relacionado ao seu patrimônio histórico, cultural e científico, e a influência da dimensão dos *valores*¹⁷ encontrados na atividade, que perpassam a questão monetária e abrange a dimensão do político, dos debates e dos conflitos.

A abordagem ergológica assevera que, quando o trabalhador encontra-se na atividade laboral, ele precisa fazer *“uso de si”*. O conceito do *“uso de si”* surge, na ergologia, partir de que a mesma considera que toda atividade laboral, por ser um meio de um problema a ser resolvido, exige um uso de si. Schwartz explica-nos que não há simples execução da

¹⁷ O valor de alguma coisa representa, no sentido subjetivo, o peso colocado por cada indivíduo em algo que se estima, ou pelo contrário, se rejeita. Os valores não são engendrados pelo sujeito sozinho. Ele reprocessa e singulariza aqueles oferecidos pelo meio (SCHWARTZ; DURRIVE, 2008).

atividade, mas sim verdadeiro “uso”, a convocação de um indivíduo singular com capacidades bem mais amplas que as enumeradas pela tarefa prescrita, ou seja, não há “pura” execução do trabalho. Da linha de montagem à área da saúde, encontramos uso de si – seja “por si mesmo”, seja “pelos outros”. O *uso de si por si* personifica as escolhas que o trabalhador faz diante das normas, a partir da sua inteligência, história e valores; é o arriscar-se desta ou daquela maneira. O *uso de si pelos outros* remete a heterodeterminação do trabalho pelas normas e estatutos diversos, condições históricas e valores, uma vez que jamais se trabalha sozinho. Os outros podem ser colegas de trabalho, os avaliadores da atividade ou até mesmo aqueles indivíduos que fazem as prescrições e as normas. Podemos então falar que trabalhar coloca em tensão o uso de si requerido pelos outros e o outro de si consentido e comprometido por si mesmo (SCHWARTZ; DURRIVE, 2008 grifos nossos).

A partir do uso si, evocando suas próprias capacidades, seus próprios recursos e suas próprias escolhas para realizar o trabalho, o trabalhador vivencia diariamente uma “dramática” subjetiva – *drama* compreendido aqui como a necessidade impreterível de realizar-se uma escolha e posicionamento, e não necessariamente remeter-se a uma tragédia – um destino a ser vivido, onde se negociam circunstâncias pessoais, históricas por meio do “*corpo-si*” do trabalhador. Para definir o que é “*corpo-si*” precisamos pensar que o trabalho não existe sem alguém que trabalha, sem um sujeito. No entanto, é difícil nomear esta entidade porque isso subentenderia que ela se encontraria bem delimitada, definida, pois a atividade não é somente conduzida por alguém de carne e osso – ela comporta o uso de funções neurossensitivas complexas que ultrapassam a pessoa física. Assim, o *corpo-si* pode ser definido como este alguém que trabalha, sendo esse centro de arbitragens que governa e gere a atividade de trabalho. Configura-se como uma entidade enigmática que resiste as tentativas de ser objetivado, não sendo inteiramente biológica nem inteiramente consciente ou cultural. Dessa forma, os conceitos de sujeito e subjetividade ou objetividade não conseguem, por inteiro, sintetizar o que significa *corpo-si*, pois sua noção remete às profundezas do que se é. O *corpo-si* do sujeito que trabalha atua como gestor da atividade de trabalho, tornando o trabalhador um ser que pensa, toma decisões e faz história, em oposição à abordagem taylorista que objetiva reduzir a atividade laboral e o homem que trabalha em simples execução/executor (SCHWARTZ; DURRIVE, 2008; SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010 grifos nossos).

Nessa discussão, os ergologistas adotam dois conceitos da ergonomia. Um deles, seria a *trama*, que é “um conjunto de procedimentos e meios frutos de experiências capitalizadas nos níveis econômico, técnico, jurídico, organizacional, que remetem ao patrimônio da

humanidade” e o outro seria a *urdidura*, consistindo do “investimento dos indivíduos que são únicos e singulares, com suas histórias e experiências, seus corpos e subjetividade, seus desejos e expectativas” (DUC; DURAFFOURG; DURRIVE, 2007, p. 62). A interação entre ambos os conceitos produz formas diferentes de trabalhar.

A subjetividade no trabalho remete, também, as vantagens e inconveniências, e mesmo todos os dramas resultantes da atividade do trabalho. A partir do momento em que há escolhas a se fazer, o trabalhador é convocado a reagir, no sentido de tratar esses acontecimentos, “*fazer uso de si*”. Ele não poderá manter-se inerte, sem escolher como realizará sua atividade. Ao mesmo tempo, a reação/escolha do trabalhador produz novos acontecimentos, transformando a relação com o meio entre as pessoas. A atividade, então, aparece como uma tensão, uma dramática, que na ergologia recebe o nome de *dramática de uso de si*¹⁸. Com as escolhas, o trabalhador assume os riscos de falhar, de criar novas dificuldades, de desagradar a alguém e a si mesmo. Mas, o sujeito que trabalha escolhe, porque manipular essa ou aquela possibilidade é uma forma de escolher a si mesmo, de apropriar-se de seu ofício (SCHWARTZ; DURRIVE, 2008; SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010 grifos nossos).

Na atividade de trabalho há, sem dúvida alguma, uma parte antecipável, que é representada pelos protocolos, pois sempre há normas a respeitar e regulamentos a aplicar, dadas as questões de responsabilidade e por representarem escolhas políticas, orçamentárias e baseadas na história e cultura das organizações. Contudo, existe também uma segunda parte, considerada pela ergologia não antecipável, dada pelo fato de que a atividade é sempre ancorada no presente, no encontro dos encontros, a ser gerido pelo trabalhador (SCHWARTZ, 2010).

Assim sendo, o ser humano, como todo ser vivo, está exposto a exigências ou normas, emitidas continuamente e em quantidade pelo meio de trabalho o qual se encontra, seja no ambiente laboral, seja na sociedade. No entanto, para que o mesmo exista como ser singular, vivo, e em função das lacunas contidas nas normas deste meio face às inúmeras variabilidades da situação local, ele vai e deve tentar permanentemente reinterpretar as normas que lhe são impostas. Esse fenômeno recebe o nome de *renormatização*¹⁹. Renormatizando, o agente do

¹⁸ Dramática de uso de si: para a ergologia, a origem de um drama – individual ou coletivo – surge quando ocorrem acontecimentos que quebram os ritmos das sequências habituais, antecipáveis, da vida laboral. Diante do drama, o sujeito exprime a necessidade de reagir, no sentido de tratar/neutralizar esses acontecimentos, fazendo “uso de si”. Ao mesmo tempo, a reação do sujeito gera novos acontecimentos que, por conseguinte, transformam sua relação com o meio e com as outras pessoas. Para a ergologia, trabalhar é sempre um drama, no sentido de que envolve o trabalhador por inteiro. É o espaço de tensões e problemáticas, de negociações de normas e de valores (BORGES, 2004; SCHWARTZ; DURRIVE, 2008).

¹⁹ A renormatização, em outras palavras, é fruto do confronto dos trabalhadores com as normas antecedentes, a partir da gestão das variabilidades, das peculiaridades e do momento de realização de cada trabalho, e são

trabalho tenta configurar o meio como seu próprio meio. É o ato de conceituar o que está no cerne da atividade de trabalho. Em parte, cada um chega a transgredir certas normas, a distorcê-las de forma a delas se apropriar e, assim, ser dono de seu trabalho (SCHWARTZ; DURRIVE, 2008).

Ainda sobre a atividade humana no trabalho, Schwartz e Durrive (2008) ensinam que a mesma possui três características essenciais: transgressão, mediação e contradição. A transgressão se dá pelo fato de que nenhuma disciplina pode monopolizar a atividade de trabalho, tendo em vista que ela atravessa o consciente e o inconsciente, o verbal e o não verbal, o biológico e o cultural, o mecânico e os valores. A mediação dá-se pela relação entre todas estas dimensões, bem como o macro e o micro, o global e o local. A contradição refere-se aos debates de normas e valores sempre incertos e as tendências às renormatizações, onde o sujeito ressingulariza de acordo com seus saberes.

Segundo Schwartz e Durrive (2010), para auxiliar na investigação das atividades humanas nas organizações, pode-se utilizar do conceito de “*Entidades Coletivas Relativamente Pertinentes (ECRP)*”. Estas retratam a dimensão coletiva atravessada pelas escolhas do trabalhador, sendo uma dimensão de geometria variável, que muda e se reconfigura de acordo com as tarefas e sem coletivo predefinido. As ECRP São:

[...] “Entidades” no sentido de que existem fronteiras invisíveis que englobam pessoas pertencentes a serviços diferentes, pessoas que se conhecem; “coletivas”, tendo em vista que aí transitam informações – eventualmente nos dois sentidos, e pelas vias mais diversas [...]. Elas são “relativamente pertinentes” na medida em que são pertinentes para a compreensão de como as coisas andam, ao mesmo tempo são relativamente pertinentes, no sentido que as fronteiras são variáveis (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p.152).

As ECRP estão presentes nas negociações, demandas e trocas de informações com os sujeitos que não são da equipe, ou seja, seu coletivo tem geometria variável, que muda e se reconfigura segundo as tarefas, jornadas e turnos de trabalho. Desta maneira ao reprocessar os valores que estão em jogo nos locais de trabalho, não se sabe qual sujeito trocou relações e saberes com quem, somente se sabe que existem trocas ocorrendo (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010). Podemos utilizar as ECRP para analisar as dramáticas da atividade e debates de

sempre singulares. As renormatizações decorrem de um desencontro entre os valores que habitam as normas antecedentes e os valores dos trabalhadores. São geradas a partir do debate de normas. Expressa a decisão do trabalhador sobre sua atividade, sendo que este arbitra de acordo com suas convicções, crenças, valores, e seu entendimento da pertinência e razoabilidade das normas antecedentes (SCHWARTZ, 2011; VIEIRA; SANTOS, 2012).